

# Política de Privacidade e Proteção de dados Pessoais

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da **Junta de Freguesia de São Sebastião** (*adiante designada por JFSS*) consagra o nosso total compromisso de respeito para com as regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como de toda a legislação nacional aplicável.

O nosso compromisso com a legislação de proteção de dados pessoais reflete-se sobretudo num total empenho na proteção dos direitos liberdades e garantias dos nossos fregueses e demais concidadãos.

Desde a conceção e por regra adotamos em todos os tratamentos de dados pessoais as medidas técnicas e organizativas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas.

A JFSS tem vindo a implementar as melhores práticas técnicas e organizacionais que considera convenientes e adequadas ao tratamento lícito, leal, transparente, exato, íntegro e confidencial dos dados dos fregueses, trabalhadores e colaboradores e para proteger os dados contra a perda, eliminação involuntária ou ilícita e alteração indevida, bem como, contra as falhas de integridade, acesso ou divulgação não autorizadas dos dados pessoais, limitando a sua utilização e conservação às finalidades correspondentes.

A JFSS assegurará o cumprimento e o respeito pelos princípios de proteção de dados pessoais. Assim, comprometemo-nos no que concerne ao tratamento dos seus dados pessoais que estes:

- Sejam objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados, isto é, tratados sob o princípio da licitude, lealdade e transparência;
- Sejam recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- Sejam os adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados, em total compromisso com uma cultura de minimização dos dados pessoais;
- Sejam exatos e atualizados sempre que necessário e que estamos a empreender todos os esforços para adotar em concreto todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- Sejam conservados de uma forma que permita a sua identificação apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados e/ou dentro dos períodos legalmente admissíveis. Alguns dados podem ser conservados para fins de arquivo de interesse público, investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos, sendo nesse caso utilizadas as medidas técnicas e organizativas adequadas à salvaguarda dos direitos e liberdades do titular dos dados;
- Sejam tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas;

**A licitude dos tratamentos efetuados pela JFSS ocorre quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:**

- O titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento para uma ou mais finalidades específicas;
- O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular de dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido dele;
- O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a JFSS esteja sujeita;
- O tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investida a JFSS;
- O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela JFSS ou por terceiros (exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do Utilizador que exijam a proteção dos dados pessoais).

**Responsabilidade**

A JFSS na total implementação do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais, respeita as melhores práticas no domínio da segurança e proteção da informação e dos dados pessoais, tendo adotado medidas de segurança lógicas e físicas que asseguram a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Garante ainda que a Autarquia recorre a subcontratantes e, aos mesmos é exigido o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

**Direitos dos titulares dos dados**

**1. Transparência e Direito à Informação**

A JFSS garante ao titular dos dados pessoais que este, em qualquer tratamento, será informado, de forma concisa, transparente e clara, do seguinte:

- A identidade e os contactos do Responsável pelo Tratamento;
- Os dados pessoais ou categorias de dados pessoais objeto de tratamento;
- Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais, se aplicável;
- As finalidades específicas de cada tratamento;
- Os fundamentos da licitude do tratamento em concreto;
- A indicação do prazo de conservação dos dados pessoais;
- A indicação que o titular dos dados pode solicitar à JFSS o direito de acesso e de informação, o direito de retificação, o direito de limitação do tratamento, o direito à portabilidade, o direito a ser esquecido, o direito de retirar o consentimento e direito de oposição, o direito a não ficar sujeito a decisões individuais tomadas de forma totalmente automatizada, incluindo a definição de perfis e o direito de apresentar reclamação junto da CNPD e/ou junto do Encarregado de Protecção de Dados (DPO);
- A existência de obrigatoriedade legal ou contratual para a comunicação de dados pessoais, ou se constitui requisito necessário para a celebração de contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados, se aplicável;
- A ocorrência de uma violação dos seus dados pessoais nos termos e nos prazos determinados para o efeito no RGPD.

**2. Exercício dos direitos pelos titulares**

A JFSS compromete-se em garantir o respeito pelos direitos dos titulares de dados pessoais, designadamente: o direito de acesso e de informação, o direito de retificação, o direito de



Código	Revisão, data	Elaborado por,	Verificado por,	Aprovado por,
.JFSS.AGSICIQ.007	14/11/2022	Ana Gonçalves	Nuno Costa	Nuno Costa

limitação do tratamento, o direito à portabilidade, o direito a ser esquecido, o direito de retirar o consentimento e direito de oposição, o direito a não ficar sujeito a decisões individuais tomadas de forma totalmente automatizada, incluindo a definição de perfis e o direito de apresentar reclamação junto da CNPD e/ou junto do Encarregado de Protecção de Dados (DPO).

Tais direitos podem ser exercidos pelo titular mediante contacto com a JFSS que, por sua vez, dará resposta ao pedido do titular no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade, em que esse prazo, poderá ser prorrogado até 60 dias.

Para o exercício dos direitos dos titulares dos dados previstos na regulamentação comunitária e legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais, a JFSS designou um **Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** que poderá ser contactado pelo endereço eletrónico ([dpo@jfss.pt](mailto:dpo@jfss.pt)) ou por carta para o seguinte endereço postal: Largo Manuel da Luz Graça, 5 – A 2910-591 Setúbal

Responsável Pelo Tratamento – Presidente da JFSS – [presidente@jfss.pt](mailto:presidente@jfss.pt)  
Encarregado de Proteção de Dados (DPO) – [dpo@jfss.pt](mailto:dpo@jfss.pt)  
Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) - <https://www.cnpd.pt/>

A JFSS reserva-se o direito de, a todo o tempo, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no sítio de internet (*website*) institucional da JFSS <http://www.jfss.pt>

#### Conceito de Dados Pessoais,

São dados pessoais, a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável “titular dos Dados”). É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

A JFSS pode proceder à recolha e ao tratamento, nomeadamente, dos seguintes dados pessoais:

- a) **Dados de Identificação:** Nome, morada, localidade, código postal, data de nascimento, naturalidade, filiação, sexo, nacionalidade, telefone, telemóvel, habilitações literárias, número do cartão de cidadão, número de contribuinte, número de identificação da segurança social, endereço eletrónico, endereço de IP (*Internet Protocol*), matrícula do veículo, número da apólice de seguros.
- b) **Situação familiar:** Estado civil, nome do cônjuge; filhos ou pessoas a cargo.
- c) **Atividade profissional:** horário e local de trabalho, número de identificação interno, data de admissão, antiguidade, categoria profissional, antiguidade na categoria, nível ou escalão salarial, natureza do contrato, período de férias, ficha de aptidão médica.
- d) **Elementos relativos à retribuição:** retribuição base, complementos, diuturnidades, subsídios, licenças, montantes ou taxas em relação aos descontos obrigatórios ou facultativos.
- e) **Outros dados:** eventual grau de incapacidade ou de membro do seu agregado familiar, eventual incapacidade temporária resultante de acidente de trabalho ou doença profissional, local e forma de pagamento da retribuição, número de IBAN e número de conta bancária, instituição bancária



#### Legislação aplicável

Código	Revisão, data	Elaborado por,	Verificado por,	Aprovado por,
.JFSS.AGSIQ.007	14/11/2022	Ana Gonçalves	Nuno Costa	Nuno Costa

A JFSS conforma a sua atividade com o corpo normativo relativo a proteção de dados pessoais, indicando como referência, designadamente, os seguintes diplomas legais:

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados (RGPD).

Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (LNE).

Lei nº 41/2004, de 18 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas (E-Privacy).



Código	Revisão, data	Elaborado por,	Verificado por,	Aprovado por,
JFSS.AGSICIQ.007	14/11/2022	Ana Gonçalves	Nuno Costa	Nuno Costa